

CENTRO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDO DA PERFORMANCE HUMANA | CIPER

Regulamento de Organização e Funcionamento

Preâmbulo

A investigação científica ocupa um espaço nuclear na vida das Universidades. A formação para a investigação tem um lugar privilegiado, bem como a investigação translacional, em particular devido à necessidade de a atividade científica assentar no regime de autofinanciamento.

Neste quadro evolutivo, as Universidades têm conseguido mobilizar-se para programas inovadores que, evitando a descaracterização das suas tradições, asseguram soluções de desenvolvimento, apesar das inércias naturais das estruturas vigentes. Desta circunstância tomou consciência o Conselho Científico da Faculdade de Motricidade Humana da Universidade de Lisboa (FMH-ULisboa), quando em 1997 promoveu a criação de centros de estudos de vocação científica interdisciplinar e de sentido orgânico transversal. Foi deste modo que nasceu o Centro Interdisciplinar de Estudo da Performance Humana (CIPER), incluído no plano de desenvolvimento da Faculdade.

A constituição do CIPER enquanto Unidade de Investigação da FMH-ULisboa reúne desde a sua origem experiências de tradições científicas diversas e perspetivas de trabalho que intercetam investigação básica com investigação aplicada, modelação teórica com pesquisa experimental, ciências da natureza com ciências humanas - centradas no aprofundamento do binómio Investigação & Desenvolvimento (I&D). Consequentemente, o objeto do CIPER remete para o paradigma da complexidade na compreensão da performance humana. O sentido inovador do CIPER reside exatamente no facto de a performance humana ser interdisciplinar como objeto de estudo.

Os enunciados teóricos e a diversidade das aplicações possíveis, não determinam que o CIPER fique restrito à partida às disciplinas, especialidades ou âmbitos de estudo, constituindo-se como um fórum de elaborações científicas progressivamente mais complexas e validações sociais renovadas. É com este posicionamento que o CIPER converge para diversos dos objetivos de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas.

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1º

Objeto

O presente Regulamento regula a atividade do Centro Interdisciplinar de Estudo da Performance Humana enquadrado pelos Estatutos da FMH, em harmonia com o Decreto-Lei 63/2019 de 16 de maio.

Artigo 2º

Natureza

1 — O Centro Interdisciplinar de Estudo da Performance Humana, adiante designado abreviadamente por CIPER, é uma unidade de investigação e desenvolvimento (I&D) sem fins lucrativos.

2 — O CIPER tem sede na Faculdade de Motricidade Humana (FMH) da Universidade de Lisboa, Cruz Quebrada-Dafundo, Portugal.

Artigo 3º

Missão

O CIPER tem como missão o desenvolvimento de investigação científica no âmbito da performance humana, visando a integração progressiva das seguintes direções de trabalho científico:

- a)* A produção, difusão e transmissão do conhecimento científico no domínio da performance humana numa perspetiva inovadora e de excelência;
- b)* Criação e apoio a iniciativas de formação avançada de recursos humanos e prestação de serviços no mesmo domínio;
- c)* Cooperação com entidades relevantes, de âmbito nacional e internacional, potenciando sinergias de investigação, contribuindo para o desenvolvimento do sector da performance humana e potenciando a disseminação do conhecimento e das suas atividades de I&D.

Artigo 4º

Objetivos

O CIPER tem como objetivos:

- a)* Realizar investigação e desenvolvimento autónomos, através de programas por si promovidos independentemente ou em colaboração com outras entidades nacionais e internacionais;
- b)* Contribuir para a formação de jovens investigadores ao mais alto nível técnico e científico, destinados quer à carreira académica, quer à indústria e aos serviços, quer aos laboratórios de investigação públicos ou privados, quer a quaisquer outras entidades relacionadas com o estudo e/ou desenvolvimento da performance humana, em particular através da realização de estágios, e colaborar com as instituições universitárias associadas em atividades de pós-graduação;
- c)* Fomentar e reforçar a participação nacional em programas internacionais de I&D no domínio da performance humana e suas aplicações;
- d)* Contribuir para o desenvolvimento regional através da fixação em diferentes regiões do país de Polos de I&D no domínio da performance humana;
- e)* Promover a comunicação da ciência e apoiar a difusão dos conhecimentos produzidos através de publicações em revistas de divulgação internacional com fator de impacto, e da participação em encontros científicos nacionais e internacionais;
- f)* Prestar serviços que se enquadrem no âmbito dos objetivos indicados neste artigo.

CAPÍTULO II

Organização interna e gestão

Artigo 5º

Órgãos

1 — São órgãos do CIPER:

- a)* Conselho de Coordenação;
- b)* Conselho Científico;

c) Conselho Consultivo.

Artigo 6º

Conselho de Coordenação

1 — O Conselho de Coordenação é constituído pelo Coordenador do CIPER e por um número ímpar de até cinco membros.

2 — Os membros do Conselho de Coordenação devem, na medida do possível, representar os Grupos ou Polos de I&D do CIPER.

3 — Os membros do Conselho de Coordenação devem possuir a condição de investigador integrado, sendo que o/a Coordenador/a deve ainda ter, no mínimo, a categoria de Professor Agregado e instituição de acolhimento a FMH.

4 — O Conselho de Coordenação é eleito pelos membros do Conselho Científico do CIPER, por um período de quatro anos, nos termos do regulamento eleitoral em anexo.

5 — Compete ao Conselho de Coordenação do CIPER praticar todos os atos ou operações necessárias à prossecução dos objetivos do CIPER, designadamente:

- a) Dirigir, gerir e administrar as atividades e o património do CIPER, de acordo com o plano de atividades e o orçamento da Unidade;
- b) Elaborar o Regulamento do CIPER e suas alterações;
- c) Representar o CIPER em juízo e fora dele, ativa e passivamente;
- d) Elaborar o plano estratégico, o plano anual de atividades e orçamento e o relatório anual de atividades, a serem apreciados pelo Conselho Científico do CIPER
- e) Admitir e destituir de membros Investigadores do CIPER
- f) Definir a composição do Conselho Consultivo do CIPER;
- g) Atribuir funções aos seus membros, relativas à atividade global do CIPER.

6 — O Coordenador do CIPER é o responsável máximo da Unidade, respondendo nessa condição perante a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e perante o/a Presidente da FMH em matéria de execução orçamental.

7 — Compete ao Coordenador do CIPER:

- a) Representar o CIPER na FMH e nas relações com o exterior;
- b) Convocar e presidir às reuniões do Conselho Coordenador e do Conselho Científico do CIPER;

- c) Propor a criação de Grupos de I&D na FMH e de Polos de I&D do CIPER noutras instituições ao Conselho Científico da FMH, ouvido o Conselho de Coordenação,
- d) Nomear os Coordenadores dos Grupos e dos Polos, ouvido o Conselho de Coordenação;
- e) Gerir os recursos humanos afetos ao funcionamento do Centro, ouvido o Conselho de Coordenação.

8 — O CIPER obriga-se com a assinatura de dois membros do Conselho de Coordenação, uma das quais deverá ser a do Coordenador do CIPER ou, na sua falta ou impedimento, a de outro membro da Conselho de Coordenação por ele designado.

9 — O Conselho de Coordenação reúne ordinariamente por convocatória do Coordenador do CIPER e extraordinariamente, sempre que convocado por mais que um membro do Conselho de Coordenação.

10 — As deliberações da Conselho de Coordenação do CIPER ocorrem por maioria de votos.

11 — As deliberações da Conselho de Coordenação deverão constar de ata.

Artigo 7º

Conselho Científico

1 — O Conselho Científico é constituído por todos os seus investigadores habilitados com o grau de Doutor admitidos formalmente no centro.

2 — Compete ao Conselho Científico:

- a) Eleger o Coordenador e o Conselho de Coordenação do CIPER;
- b) Colaborar na definição e implementação da política científica do CIPER;
- c) Apreciar os relatórios e planos anuais de atividades ou planos estratégicos do CIPER na globalidade e dos grupos e polos na especificidade;
- d) Contribuir com propostas para projetos, conferências e outras atividades a realizar pelo CIPER;
- e) Emitir parecer sobre as linhas de investigação do CIPER;
- f) Apreciar o desempenho dos membros Investigadores do CIPER;
- g) Deliberar sobre a criação e extinção de Grupos e Polos de I&D do CIPER.

3 — As decisões do Conselho Científico são aprovadas por maioria de votos.

4 — O Conselho Científico reúne ordinariamente por convocatória do Coordenador do CIPER e extraordinariamente, sempre que convocado pelo Coordenador ou por solicitação por escrito de, pelo menos, dois terços dos seus membros.

5 — O Conselho Científico pode propor a destituição do Conselho de Coordenação, desde que tal proposta tenha obtido, em votação secreta, pelo menos, dois terços dos votos de todos os membros do Conselho Científico, em reunião deste órgão de cuja ordem de trabalhos a referida deliberação conste expressamente.

6 — As deliberações do Conselho Científico deverão constar de ata.

Artigo 8º

Secretariado

O Secretariado do CIPER tem como função apoiar o seu funcionamento administrativo. O CIPER usufrui do apoio prestado pela FMH às Unidades de Investigação, nos termos definidos pelo Presidente da FMH.

Artigo 9º

Conselho Consultivo

1 — O Conselho Consultivo é constituído por um mínimo de três personalidades nacionais ou internacionais, exteriores ao CIPER, de reconhecido mérito científico no domínio da performance humana, convidados pelo Coordenador ouvido o Conselho de Coordenação.

2 — Compete ao Conselho Consultivo dar parecer sobre a estratégia científica do CIPER.

3 — A participação dos membros do Conselho Consultivo para o exercício de funções de aconselhamento e avaliação está condicionada à assunção de deveres de confidencialidade e reserva no que respeita às informações que lhes sejam prestadas ou a que tenham acesso.

Artigo 10º

Membros

1 — O CIPER é composto por investigadores que desenvolvem a sua atividade em Grupos e Polos de I&D do CIPER.

- 2 — Consideram-se dois tipos de membros investigadores:
- a) Investigador integrado: investigador com o grau académico de doutor, que dedica um mínimo de 20% de tempo de trabalho a atividades de investigação num Grupo ou Polo de I&D do CIPER. Um investigador só pode ser investigador integrado numa unidade de I&D, podendo ser colaborador noutra ou em mais unidades de I&D.
 - b) Investigadores colaboradores: são todos os membros investigadores que não possuam a condição de “integrado”.
- 3 — Cada investigador necessita de estar filiado a um, e um só, Grupo ou Polo de I&D do CIPER;
- 4 — A admissão dos investigadores deve ser efetuada de acordo com os seguintes procedimentos:
- a) Sob proposta escrita de um dos membros do CIPER e respetivo Coordenador de Grupo ou Polo de I&D ao Coordenador do CIPER, mediante a apresentação do Curriculum científico especificando a quantidade e a qualidade das publicações científicas por cada ano após o doutoramento;
 - b) No caso de investigadores que ocupem cargos académicos em instituições externas à FMH, a proposta ao Conselho de Coordenação deve ser acompanhada de autorização por escrito da instituição de acolhimento;
 - c) A aceitação é decidida pelo Conselho de Coordenação, sob proposta do Coordenador do CIPER;
 - d) Após comunicação do resultado ao novo membro, este inicia o seu vínculo como Investigador Colaborador no primeiro ano e até nova atualização da equipa junto da FCT;
 - e) No caso de colaboradores estudantes não-doutorados, a proposta deve ser realizada pelo seu orientador, membro integrado do CIPER, ao Coordenador do CIPER.
- 5 — São critérios de aceitação e manutenção como Investigador Integrado do CIPER:
- a) Cumprir os requisitos mínimos de produtividade científica definidos para cada plano plurianual pelo Conselho de Coordenação, ouvido o Conselho Científico;

b) Redigir a afiliação ao CIPER no cabeçalho dos artigos científicos, ou incluir o logótipo da FCT e do CIPER no caso das comunicações orais ou póster científico, incluir o *grant number* específico do CIPER em *funding* ou nos *acknowledgements* tanto nas publicações científicas escritas como nas comunicações orais, cumprindo o despacho 235/2016 da Reitoria da Universidade de Lisboa, publicado em Diário da República 2ª série — N.º 4 — 7 de janeiro de 2016, num dos seguintes formatos:

- i. CIPER, Faculdade de Motricidade Humana, Universidade de Lisboa, Cruz-Quebrada-Dafundo, Portugal;
- ii. Dupla afiliação em que uma delas é a do CIPER tal como descrita.

6 — O CIPER atua como gestor da atividade técnica e científica dos membros Investigadores, pelo que a autorização da entidade patronal, quando existir, implica que o CIPER está autorizado a incluir os seus nomes como colaboradores para efeitos de financiamentos, subsídios e serviços prestados, ainda que tal indicação não implique qualquer relação de natureza laboral.

7 — Constituem direitos dos investigadores integrados do CIPER:

- a) Participar nas atividades e encontros científicos do CIPER;
- b) Usufruir de forma preferencial dos benefícios inerentes ao CIPER;
- c) Participar nas reuniões do CIPER quando convocado;
- d) Propor a admissão de novos membros;
- e) Participar em concursos de financiamento científico, incluindo na qualidade de orientadores de estudantes de doutoramento, como afiliados ao CIPER;
- f) Solicitar à direção as informações e esclarecimentos sobre a atividade do CIPER, salvo os casos em que seja necessário manter a confidencialidade das mesmas.

8 — Constituem deveres dos investigadores integrados:

- a) Contribuir para a realização dos objetivos do CIPER, em harmonia com as diretivas estabelecidas pelo presente Regulamento. O Conselho de Coordenação acordará com cada membro as suas contribuições para a prossecução dos objetivos do CIPER;
- b) Entregar no prazo solicitado o seu relatório de atividades científicas;

- c) Entregar proposta de candidatura a projeto ou a bolsa na data definida pelo CIPER para o efeito, antes de findar o prazo definido pela instituição financiadora;
 - d) Exercer os cargos ou funções para que forem eleitos ou nomeados.
- 9 — Cessam a condição de membros Investigadores todos aqueles que:
- a) Solicitem a sua cessação, mediante comunicação escrita dirigida ao Conselho de Coordenação;
 - b) A cessação da condição de membro pode competir ao Conselho de Coordenação quando o investigador deixe de cumprir as obrigações regulamentares - nomeadamente os critérios de manutenção e deveres, atuem de forma eticamente reprovável ou atentem por qualquer forma contra os interesses do CIPER.
- 10 — A lista de membros Investigadores do CIPER é atualizada nos períodos definidos pela FCT.
- 11 — A progressão profissional dos Investigadores contratados pelo CIPER é a prevista no Estatuto da Carreira de Investigação Científica, aprovado pelo DL 124/99 de 20 de Abril.

Artigo 11º

Organização científica dos membros: Grupos e Polos de I&D

- 1 — Os membros do CIPER organizam-se em Grupos de Investigação e Desenvolvimento (I&D) com sede na FMH, ou Polos de UI&D com sede numa instituição externa à FMH.
- 2 — A criação e extinção de Grupos ou Polos de I&D é proposta pelo Coordenador ao Conselho Científico, ouvido o Conselho de Coordenação.
- 3 — Os Grupos de I&D gozam de identidade científica, desde que em harmonia com o presente Regulamento.
- 4 — Os regulamentos próprios dos Grupos e Polos de I&D devem estar de acordo com o presente Regulamento e ser homologados pelo Conselho Científico do CIPER.
- 5 — Cada Grupo e Polo de I&D propõe um Coordenador, escolhido entre os seus Investigadores Integrados, para posterior homologação pelo Coordenador do CIPER, ouvido o Conselho de Coordenação.

6 — Os projetos de investigação dos Grupos e Polos de I&D submetidos a financiamento devem ser aprovados pelo Conselho de Coordenação.

7 — O armazenamento e proteção de dados recolhidos no âmbito da investigação é da responsabilidade de cada Grupo ou Polo de I&D.

8 — Compete aos Coordenadores de Polos e Grupos de I&D:

- a) Acompanhar as atividades prosseguidas pelos membros do respetivo Grupo ou Polo de I&D;
- b) Indicar um Coordenador-Adjunto de entre os demais membros do respetivo Grupo ou Polo de I&D, que deverá ser nomeado pelo Coordenador do CIPER;
- c) Participar na elaboração dos planos anuais e plurianuais do CIPER;
- d) Colaborar com o Conselho de Coordenação sempre que solicitado;
- e) Dar parecer sobre pedidos de deslocação a missões ou outros pedidos de realização de atividades e de execução orçamental de membros do respetivo Grupo ou Polo de I&D;
- f) Convocar ordinariamente pelo menos uma reunião anual dos membros do respetivo Grupo ou Polo de I&D, e reuniões extraordinárias sempre que necessário.

9 — Compete aos Grupos e Polos de I&D do CIPER, através do seu Coordenador:

- a) A elaboração e apresentação ao Conselho de Coordenação do CIPER dos seguintes documentos:
 - i. Plano anual de atividades, integrado no plano estratégico do CIPER;
 - ii. Orçamento anual;
 - iii. Relatório anual de atividades.
- b) Propor atividades ao Conselho de Coordenação do CIPER, nomeadamente:
 - i. Eventos científicos de promoção científica,
 - ii. Bolsas de investigação;
 - iii. Contratação e aquisição de bens e serviços.

10 — Os Polos de I&D do CIPER são dotados de autonomia administrativa, praticando os atos de gestão inerentes ao exercício da sua atividade, nomeadamente:

- a) Concedendo bolsas de investigação;
- b) Contratando aquisições de bens e serviços;
- c) Gerindo de forma autónoma os resultados dos seus projetos científicos.

11 — As condições de cedência ao CIPER de recursos humanos e materiais das instituições a que os Polos de I&D estão afetos, são objeto de protocolos entre estas instituições e o CIPER.

CAPÍTULO III

Financiamento

Artigo 12º

Fontes de Financiamento

1 — O CIPER é uma unidade de investigação financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e por outras entidades públicas ou privadas, de âmbito nacional ou internacional.

2 — Para além dos financiamentos mencionados no ponto 1 do presente artigo, constituem receitas do CIPER:

- a)* Projetos de investigação e bolsas, nacionais ou internacionais, cujas candidaturas são promovidas pelos membros individualmente ou em grupo;
- b)* Rendimentos resultantes da cedência de direitos de propriedade intelectual e industrial que resultem da sua atividade;
- c)* Rendimentos de serviços e bens próprios;
- d)* A retribuição de quaisquer outras atividades enquadráveis nos seus objetivos e atribuições;
- e)* Os subsídios, legados ou donativos que lhe sejam atribuídos permitidos por lei;
- f)* Os juros e rendimentos dos bens e atividades do CIPER.

Artigo 13º

Execução financeira

1 — A execução financeira deve obedecer ao Regulamento da FCT relativo ao Programa de Financiamento Plurianual das Unidades de Investigação, assim como às normas da Faculdade de Motricidade Humana e das entidades que financiem projetos específicos.

2 — Cabe ao Presidente da FMH a autorização de qualquer despesa do CIPER e cabe ao Conselho de Gestão da FMH a autorização do pagamento de despesa previamente aprovada pelo Presidente da FMH salvaguardando a autonomia dos Polos de I&D.

CAPÍTULO IV

Disposições finais e transitórias

Artigo 14º

Alteração do Regulamento

As alterações ao presente Regulamento são aprovadas nos termos dos Estatutos da FMH.

Artigo 15º

Duração e Dissolução

- 1 — O CIPER é constituído por tempo indeterminado.
- 2 — A dissolução do CIPER só pode ocorrer nos termos dos Estatutos da FMH.
- 3 — Em caso de dissolução do CIPER:
 - a) Todos os bens e instalações de cada um dos Grupos e Polos de I&D reverterem para a instituição a que estão afetos.
 - b) Os direitos, nomeadamente os decorrentes da Propriedade Industrial e Intelectual, reverterão para as instituições onde se encontrem sediados os Grupos e Polos de I&D de que os seus autores sejam investigadores.

Artigo 16º

Casos omissos

Em tudo o que não esteja previsto no presente Regulamento, aplicam-se as disposições constantes dos Estatutos da FMH-ULisboa e do Decreto Lei no 63/2019 de 16 de Maio.

Artigo 17º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua aprovação.

ANEXO

Regulamento Eleitoral para a eleição do Coordenador e do Conselho de Coordenação do CIPER

Artigo 1.º Data da eleição

1. O Presidente da FMH fixará, por despacho, a data da realização da eleição do Coordenador e do Conselho Coordenador do CIPER, a qual deverá ter lugar, pelo menos, dez dias antes do fim do mandato em curso, e não poderá ser anunciada sem um mínimo de 20 dias de antecedência, nem recair num sábado, domingo ou feriado.
2. A eleição do Coordenador e do Conselho Coordenador ocorre numa sessão do Conselho Científico do CIPER, convocado exclusivamente para o efeito.
3. Do despacho a que se refere o n.º 1, constarão todos os elementos relativos ao calendário eleitoral e organização do processo eleitoral.

Artigo 2.º Comissão Eleitoral

1. Até 20 dias antes da data fixada para a entrega das listas, o Presidente da FMH nomeará o Presidente da Comissão Eleitoral, bem como até dois Vice-presidentes. Presidente e Vice-presidentes da Comissão Eleitoral não poderão ser candidatos ou subscritores de qualquer lista.
2. À Comissão Eleitoral competirá a organização administrativa do processo eleitoral, designadamente: i) a elaboração e publicação do caderno eleitoral atualizado dos investigadores que compõem o Conselho Científico do CIPER até à data; ii) a produção dos boletins de voto; iii) a disponibilização da urna de voto; iv) o apoio ao apuramento dos resultados; (v) a emissão da Ata; e vi) a divulgação dos resultados eleitorais no final da mesma sessão.

Artigo 3.º Candidaturas

1. Até ao 10.º dia anterior à data das eleições, serão entregues ao Presidente da Comissão Eleitoral as candidaturas concorrentes à eleição, sendo rejeitadas as que forem entregues após aquela data.

2. As candidaturas deverão estar em conformidade com os requisitos do Regulamento de Organização e Funcionamento do CIPER.
3. As candidaturas devem conter:
 1. a identificação do(a) candidato(a), a Coordenador
 2. a identificação dos restantes membros do Conselho de Coordenação.
 3. uma proposta síntese de ação para o quadriénio a que se candidata.
4. As candidaturas deverão ser subscritas por um mínimo de 20 % dos membros integrados do CIPER.

Artigo 4.º Verificação das Candidaturas

1. O Presidente da Comissão Eleitoral verificará, no próprio dia da apresentação das candidaturas, a regularidade formal das mesmas.
2. As candidaturas que não reúnam os requisitos indicados no ponto anterior não serão admitidas a eleição;
3. A Comissão Eleitoral comunicará, no próprio dia, às candidaturas não admitidas as razões da rejeição, podendo estas suprimir as lacunas identificadas no prazo de um dia.
4. Após validação pela Comissão Eleitoral, as candidaturas serão divulgadas no sítio eletrónico do CIPER.

Artigo 5.º Ato eleitoral

1. O Conselho Científico Eleitoral é composto pelos membros do Conselho Científico do CIPER.
2. O Conselho Científico Eleitoral terá a duração máxima de 2 horas.
3. O Conselho Científico Eleitoral será presidido pelo Coordenador cessante do CIPER, ou por um representante indicado pelo Presidente da FMH, no caso de aquele ser candidato a Coordenador do CIPER.
4. O ato eleitoral será organizado pela Comissão Eleitoral.
5. Serão admitidos votos por correspondência sendo os procedimentos regulamentares de voto definidos no momento da divulgação das listas candidatas.

6. Após o fecho das urnas proceder-se-á à contagem dos votos, elaborando -se uma ata, assinada pelos membros da Comissão Eleitoral.
7. No final da sessão, a Comissão Eleitoral divulga de imediato os resultados eleitorais.
8. A ata será entregue no próprio dia ao Presidente da FMH, que procederá ao apuramento final dos votos e à afixação dos resultados no prazo de 24 horas.

Artigo 6.º Maioria para a eleição

1. A eleição do Coordenador e do Conselho Coordenador do CIPER, em lista única, recairá na lista que obtenha, em primeiro escrutínio, mais de metade dos votos expressos, excluindo votos brancos e nulos.
2. Não havendo nenhuma lista que obtenha aquela maioria, proceder-se-á a segundo escrutínio entre as três listas mais votadas ou, ainda, a terceiro escrutínio entre as duas listas mais votadas, até ser obtida a referida maioria.

Artigo 7.º Protestos

Qualquer lista poderá apresentar à/ao Presidente da Comissão Eleitoral protesto fundamentado em grave desigualdade de tratamento ou irregularidade sofrida durante o processo eleitoral, devendo este julgar a questão de imediato.

Artigo 8.º Comunicação e Homologação dos resultados

Nas 24 horas seguintes ao apuramento dos resultados, o Presidente da FMH elaborará despacho de resultados da eleição.

Artigo 9.º Tomada de posse

O Coordenador e o Conselho Coordenador do CIPER tomam posse perante o/a Presidente da FMH, nos dez dias seguintes à homologação dos resultados.

Parecer favorável do Conselho Científico do CIPER em 19 de abril de 2023

Aprovado pelo Conselho Científico da FMH em 08 de novembro de 2023

Aprovado pelo Presidente da FMH em 20 de novembro de 2023 (GD: FMH-2023-004084)